

4. Economia Solidária como proposta no governo Lula: características que assume na contemporaneidade

Com o objetivo de trazer alguns elementos que retratam, no atual contexto da realidade brasileira, a economia solidária como proposta do governo Luiz Inácio Lula da Silva, e suas particularidades no estado do Espírito Santo, este capítulo discute as diretrizes governamentais no enfrentamento das questões relacionadas à nova configuração do trabalho e da economia solidária no país.

Neste sentido, primeiramente tecemos breves considerações sobre as Políticas de Emprego que ganharam ênfase especialmente sob a condução neoliberal das ações governamentais nos anos 1990, com destaque para a Economia Solidária como uma das propostas de inserção no mundo do trabalho. Em seguida, buscamos caracterizar a economia solidária no Brasil a partir de dados que têm como fonte o primeiro Atlas da Economia Solidária no Brasil lançado em 2005, pela SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Cabe lembrar que esta ação da SENAES mobilizou várias entidades de fomento à economia solidária como colaboradoras na realização de um mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários existentes em todo o Brasil¹. O Atlas nos mostra, dentre outros elementos, o crescimento acelerado de práticas identificadas com os princípios da economia solidária na realidade brasileira, a partir dos anos 1990.

4.1. Um breve resgate da Política de Emprego nos anos 1990 – tendências atuais

Não podemos negar que, no Brasil, as cooperativas vêm sendo fomentadas, predominantemente, em razão da crise do emprego formal. Isto porque o que resta para um significativo contingente da sociedade brasileira é o trabalho por conta própria, no contexto marcado pelo aumento do desemprego. Como tratado anteriormente, o fenômeno do desemprego não pode ser analisado descolado das atuais tendências do

¹ O mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, iniciado em 2004, ainda encontra-se em desenvolvimento, visto que, na segunda fase da pesquisa, identificou-se que muitos grupos de economia solidária não foram mapeados. Logo, temos como referência no Brasil o total de 14.954 empreendimentos e no Estado do Espírito Santo 259 EESs mapeados até dezembro de 2005 (Fonte Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006).

sistema capitalista, particularmente no contexto das transformações da relação capital/trabalho. Pois, conforme Tavares,

“... desloca-se o desemprego da relação capital/trabalho, para encará-lo apenas como um problema social. Nesses termos, o fenômeno é externo à produção capitalista, cabendo a outras instâncias proverem o emprego para trabalhadores pobres, como política de combate à pobreza” (2004: 60).

Nesta direção, um conjunto de medidas legais promovem a flexibilização e desregulamentação das condições do uso da força de trabalho de forma precária, incentivando, conseqüentemente, o expressivo crescimento da informalidade. Não há dúvida de que este processo caminha em conformidade com o metabolismo social de produção de mercadorias em que prevalecem as necessidades do capital.

Sob essa perspectiva, a própria Legislação brasileira expressa a tendência de flexibilização das relações de trabalho através de diversas medidas legais nos últimos governos. Aqui se destacam: a Lei das Cooperativas (Lei n. 8949/1994), que possibilita que trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços; o Trabalho por Tempo Determinado (Lei n. 9601/1998), que abriu a possibilidade de contratação de trabalhadores por tempo determinado; o Trabalho por Tempo Parcial (MP 1709/1998), que permite uma jornada de até 25 horas semanais e, nesse caso, o salário, assim como os demais direitos trabalhistas serão determinados conforme a jornada de trabalho semanal; e a regulamentação do Trabalho Temporário, que amplia a possibilidade de utilização da Lei n. 6019/1974, de contrato temporário, generalizando a utilização dessa forma de contrato.

Para o enfrentamento do desemprego, verifica-se como tendência, a partir dos anos 1990, o incentivo à informalidade, que passa a ser o horizonte das políticas públicas do governo federal², através do apoio a programas de geração de trabalho e renda – o que se convencionou chamar de “nova geração de políticas de emprego”.

É, então, com base nesse tipo de visão que se estrutura um conjunto de políticas denominadas de Emprego e Renda centradas e articuladas a partir da preocupação com a evolução do mercado de trabalho e a geração de novas oportunidades de geração de ocupação

² “Diante do questionamento das clássicas ferramentas keynesianas, as medidas de recuperação dos níveis de desemprego ficaram reduzidas às políticas direcionadas ao próprio mercado de trabalho. Passou a predominar então a compreensão que a intervenção estatal na redução do desemprego deveria se restringir ao âmbito do mercado de trabalho.”... “O aumento do desemprego deixa de ser relacionado ao padrão de crescimento econômico e ao papel e função do Estado na regulação econômica e social, via as políticas macroeconômicas, por exemplo, para ser, no entanto, tratado como questão restrita ao funcionamento do mercado de trabalho, às ‘disfunções’ e ‘desequilíbrios’ originados do próprio funcionamento do mercado” (Alencar, 2005).

e de renda. Estas políticas, consideradas como uma nova geração de políticas públicas de emprego, estão pautadas em duas prioridades que seria reduzir a pressão sobre o mercado de trabalho (através, por exemplo, do seguro-desemprego, da antecipação da aposentadoria e do aumento da permanência dos jovens no sistema educacional) e, também, facilitar a inserção ou reinserção ocupacional dos grupos mais vulneráveis (Alencar, 2005: 131).

Embora, no Brasil, o nascedouro de um “sistema público de emprego”³ date de 1986, com a criação do seguro-desemprego, e em 1990, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT, é possível afirmar que no contexto brasileiro nunca se efetivou um sistema público de emprego. Diante das mudanças estruturais do capitalismo, iniciadas no governo Collor de Mello, a “construção de um sistema público de emprego” assume a direção da ofensiva neoliberal.

Na contemporaneidade, o FAT, criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei 7.998 de 1990, vem cumprir um importante papel, ao apoiar financeiramente ações dos governos na formação profissional e inserção dos segmentos mais vulneráveis no mercado informal de trabalho (Macedo, 2006). Entretanto, o FAT também é incorporado pela lógica das idéias neoliberais dos anos 1990, na medida em que a direção do gasto público em políticas sociais voltadas para o emprego reduz-se a políticas focalizadas, fragmentadas e compensatórias para os segmentos sociais vulnerabilizados pela exclusão do mundo do trabalho.

Neste período, as Políticas de Emprego e Renda no Brasil estão voltadas para ações governamentais que têm impacto no crescimento da informalidade do trabalho. Ainda que de forma resumida, destacamos os seguintes programas:

- Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor) – criado em 1995, previa a promoção de uma política nacional de qualificação voltada para a criação de oportunidades no mercado de trabalho. Em 2003, no governo Lula da Silva, o Planfor foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).
- Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) – instituído pela Resolução nº 59 de março de 1994, em parceria com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador/CODEFAT, trata-se de um programa destinado a linhas de crédito para pequenos “empreendedores”.

³ No que concerne à área das políticas sociais, no campo da geração de emprego, “Nota-se que, diferentemente de outras nações industrializadas, o Brasil não terminou constituindo um sistema público nacional de emprego, com medidas articuladas e integradas entre si e universalizadas para o conjunto do mercado de trabalho (formal e informal). O que se constituiu foi uma mera agregação de iniciativas, que opera muitas vezes em regime de sobre-posição no atendimento de certas ‘clientelas’, com efetividade e eficácia discutidas” Pochmann (2006: 34).

- Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego) – criado em 1996, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, se definia para o fomento de grande monta a obras urbanas.

Essas ações do governo, iniciadas nos anos 1990, voltam-se mais para o âmbito das ações compensatórias dos problemas gerados no mercado de trabalho, do que efetivamente para o incentivo de criação de novos postos de trabalho. Nesse ponto, o que se constata é que:

“Sob a crise econômica dos anos 1970 e a queda dos compromissos com o pleno emprego e direitos sociais universais, esses programas se transformaram na própria política de emprego indutora de flexibilização no mercado de trabalho e da focalização da atenção pública, o que em conjunto produzia a ressignificação do trabalho como não direito” (Barbosa, 2006: 98).

Pode-se afirmar que as atuais Políticas Públicas de Emprego, pela sua fragmentação e focalização, fazem parte de políticas baseadas numa concepção bastante restrita do que historicamente se convencionou chamar de políticas públicas de emprego. Reduzidas a uma perspectiva microeconômica, de corte neoliberal, as atuais Políticas de Emprego desconsideram o efetivo papel do Estado na geração de trabalho no campo do direito, da inclusão social. E revestem-se de ações pautadas na ressignificação da informalidade, que tende a precarizar e fragilizar ainda mais as relações de trabalho. O que se percebe é que, retirando o caráter de antagonismo entre trabalhadores e capitalistas, a *“organização do mundo do trabalho é tratada de forma independente, autônoma e focalizada, isto é, à parte de uma conformação política, econômica e social mais ampla...”* (Alencar, 2005).

“Nesse caso, as iniciativas atuais dizem respeito a atuar meramente sobre os efeitos indesejados do mercado de trabalho, com uma tendência de limitar à órbita do mercado de trabalho a questões que são afetadas ao padrão de desenvolvimento econômico e social da sociedade. Na base dos programas desenvolvidos no âmbito destas políticas residem concepções acerca das causas do desemprego que, de certa forma, tendem a promover um retorno do paradigma econômico clássico, ao restringir os problemas do desemprego e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho a atributos individuais dos trabalhadores” (ibidem: 140).

O que se evidencia é que as medidas recentes das políticas de emprego expressam essa tendência reducionista e atuam no aprofundamento da fragmentação das ações do governo, em diversas instituições, sem coordenação e com maior pulverização dos recursos e reduzida escala de cobertura. Para Pochmann (2006), *“constatou-se a pequena presença dos gastos com políticas de emprego em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), especialmente quando o país registra a mais grave crise de emprego em*

toda a sua história” (ibidem: 34). Para visualizarmos o descaso do governo FHC (1995 - 2000) com as Políticas de Emprego, Pochmann nos lembra que:

“Em 1995, quando o desemprego atingiu 4,5 milhões de trabalhadores, o governo federal comprometeu 0,62% de todo o Produto Interno Bruto com políticas de emprego, sendo 0,46% do PIB nas políticas passivas e 0,16% nas políticas ativas. Cinco anos depois, quando o IBGE registrou a presença de 11,5 milhões de desempregados no Brasil, o governo federal gastou 0,89% do PIB com políticas de emprego, sendo 0,38% com políticas passivas e 0,51% com políticas ativas” (2006: 35).

Seguindo essa tendência, embora num discurso voltado para a ênfase na área social, em 2004, já no governo Lula da Silva, os indicadores apontam queda do gasto social per capita direcionado à área do trabalho de 8,8% em relação ao ano de 2001 (Pochmann, 2006). Estes dados expressam as tendências das recentes Políticas de Emprego e Renda que, sob a hegemonia neoliberal, apontam para substantivas alterações no padrão de intervenção do Estado, de forma precária, pontual e compensatória.

Em outros termos, as Políticas de Emprego que os últimos governos vêm desenvolvendo voltam-se para a informalidade, não apenas como simples estratégia de sobrevivência, mas sim para uma noção de informalidade em que a funcionalidade do trabalho informal subordina-se diretamente às necessidades do capital. Nesta direção, para utilizarmos os termos de Mészáros, prevalecem as mediações de segunda ordem (necessidades do capital) em relação às mediações de primeira ordem (necessidades humano-sociais).

No horizonte dessas Políticas de Emprego e Renda no Brasil, a flexibilização e desregulamentação das relações sociais de trabalho ganham destaque e apontam uma tendência para criação de propostas que voltam-se para as “soluções” paliativas no enfrentamento do desemprego, o que gera um aumento do índice de ocupação precária no mercado de trabalho.

É neste contexto, de reforço da flexibilização na perspectiva do trabalho irregular, precário e sem garantias, que garante tendencialmente os interesses das grandes empresas capitalistas, que está tramitando na Comissão de Agricultura do Senado, o Projeto de Lei do Senado/PLS nº 171/1999. Este projeto tem como objetivo substituir a lei atual do cooperativismo (Lei 5.764/71). Mas, ao invés de se constituir numa proposta de avanço da lei da economia solidária, parece apontar para os interesses do padrão de

acumulação capitalista, em que estão representadas as “grandes empresas cooperativas”.

Uma análise crítica do conteúdo do Projeto PLS 171/99 é apresentada no artigo elaborado pelos assessores jurídicos da UNITRABALHO, da UNISOL e da ANTEAG, e retrata, com propriedade, os danos do referido projeto à Economia Solidária. Nessa análise são apontados aspectos que indicam o direcionamento do Projeto aos interesses das grandes cooperativas.

“O Projeto, da forma como está, interessa exclusivamente a um setor do cooperativismo nacional, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e suas representações estaduais (OCEs). Tais entidades agregam majoritariamente as grandes cooperativas, em geral de produtores, com destaque para o agronegócio, saúde complementar, crédito e consumo” (RODRIGUES, H; MAUAD, M e MARTINS, 2006: 43).

Isso significa que, se aprovado⁴, o Projeto não atenderá aos objetivos definidos pelo próprio governo, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES. Esta secretaria tem como proposta incentivar e fomentar o cooperativismo, através do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia solidária, onde estão inseridas as classes subalternas. Essas considerações visam a mostrar que diante das atuais políticas de emprego, o referido Projeto, se aprovado, avançará ainda mais na direção da precarização das práticas de economia solidária, seguindo as atuais tendências de legalizar a flexibilização e desregulamentação do trabalho na perspectiva do capital.

Não obstante, esse processo de flexibilização das relações sociais de trabalho, que tem trazido graves conseqüências para as classes trabalhadoras, como já mencionamos, identifica-se nos anos 1990, no campo da informalidade, o ressurgimento de práticas cooperativas na perspectiva da economia solidária. Estas práticas tentam se ancorar numa *“visão ‘emancipatória’ que entende a capacitação para o trabalho relacionada ao campo das lutas político-sociais e do protagonismo de seus atores no universo da luta por mudanças e transformações sociais”* (Macedo, 2006). Essas práticas passam a ser paradoxalmente fomentadas pelo governo Lula da Silva, através da SENAES/MTE, ainda no seu primeiro mandato, que assume papel decisivo na formulação de uma política pública voltada para a economia solidária.

⁴ O PLS nº 171 de autoria do Senador Osmar Dias (PDT/Paraná) é datado de 1999 e atualmente tramita pela Comissão de Agricultura do Senado, cujo relator é o Senador Demóstenes Torres (PFL/GO).

Entretanto, ao assumir a Presidência da República, apesar do governo Lula, enquanto representante de um partido de esquerda, articulado historicamente com as lutas das classes trabalhadoras, ter representado a possibilidade de construção de um projeto político emancipatório para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, não é o que a realidade vem revelando. O que os críticos apontam é que o governo Lula começa a desenhar um “novo populismo”. Conforme Marques e Mendes o atual governo:

“... para se manter no poder, além de dar continuidade ao projeto neoliberal – inacabado ao final do governo FHC -, precisa construir uma base de sustentação política confiável e sólida, o que somente pode ser feito a partir da implementação de programas de transferência de renda direcionados à população mais pobre e com menos experiência organizativa” (2004: 01).

Embora os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade brasileira tenham tido acesso aos programas assistenciais do atual governo⁵, como é expressivo o Programa Bolsa Família – Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004⁶ podemos afirmar que a política do governo Lula não tem alterado as relações de poder, de riqueza e de propriedade existentes no país. Efetivamente privilegia-se a área econômica em detrimento da social, e o governo define a relação com os credores em geral e com o Fundo Monetário Internacional/FMI, bem como todos os outros aspectos da política econômica, subsumindo as demais áreas de atuação do governo aos objetivos destes organismos do capital.

“A preocupação em elevar o déficit primário de 3,7% para 4,25% do PIB (recentemente elevado para 4,5%), expressa, de forma emblemática, a preocupação em garantir, antes de tudo, o pagamento do serviço da dívida externa, não importando quão deteriorados e/ou insuficientes estiverem as rodovias, a rede de saneamento e de energia elétrica e os equipamentos sociais do sistema de saúde, entre outros” (Marques e Mendes, 2004: 04).

Neste governo acrescenta-se ainda a ausência de espaços de participação que, conforme Leher, “*tem gerado forte insatisfação entre parlamentares do PT e de partidos*

⁵ No Serviço Social já é consenso a discussão de que os programas de assistência social, que se constituem no campo da Política Social de Assistência Social, portanto enquanto política de direito, são importantes para os segmentos das classes subalternizadas. Entretanto é preciso ter clareza de que a Política de Assistência Social não dará nunca conta de combater a pobreza. Para isso é necessário investimento universal no campo das Políticas Sociais de Saúde, Trabalho, Educação, Habitação, entre outras.

⁶ Conforme levantamento do perfil de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família divulgado em agosto de 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, cerca de 11 milhões de famílias têm acesso ao Programa Bolsa Família. O levantamento mostra que metade das famílias que recebem os recursos do programa vive no Nordeste do país, ou seja, 5,5 milhões de famílias. A pesquisa mostra ainda que, em 2007, a região Sudeste tem 2,8 milhões famílias atendidas pelo Bolsa Família; a Sul, cerca de 1 milhão; a Norte, mais de 1 milhão; e a Centro-Oeste, 598,2 mil. Embora seja um programa focalizado e seletivo, não se pode negar que o Bolsa Família tem melhorado as condições de vida destes segmentos destituídos do acesso ao mínimo de sobrevivência, na medida em que se constitui um programa de transferência de renda.

aliados, sindicalistas, intelectuais e mesmo altos dirigentes do Estado” (2003: 91). Entretanto, acreditamos que o caminho possível para a transformação deste quadro de apatia frente à agenda neoliberal adotada, seja a retomada de efetivos espaços de participação das classes trabalhadoras, através da articulação junto aos movimentos sociais.

“Da ótica dos movimentos sociais e, em especial dos sindicatos mais combativos e do MST, diante da implementação da agenda neoliberal, a opção que vem sendo adotada é o fortalecimento das mobilizações, das ações diretas e da defesa da agenda da esquerda” (Leher, 2003: 93).

Nesse cenário, o desafio está em pensar de que forma a incorporação da economia solidária pelo atual governo pode resistir ao esforço de cooptação articulada pela condução neoliberal, onde a informalidade tende a funcionar conforme as determinações do capitalismo.

Embora a realidade aponte essa tendência, é necessário considerar as potencialidades de vários movimentos e grupos sociais “organizados” que, através de experiências e acontecimentos recentes na sociedade brasileira, reabrem a discussão no campo dos direitos e questionam as consequências das atuais mudanças societárias. É neste sentido que, além da economia solidária se configurar como estratégia de sobrevivência, deve-se interrogar o seu potencial político na perspectiva de constituição de elementos que apontem para uma nova sociabilidade, ainda que marcada por práticas heterogêneas e diversificadas.

4.2.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo Lula

A aprovação, em junho de 2003, no Congresso Nacional, da Lei nº 10.683 de 28/05;2003, Decreto 4764 de 24/06/2003, que cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, não pode ser considerada apenas como uma proposta de iniciativa do governo. Isto porque a criação dessa Secretaria também está associada ao próprio contexto das lutas sociais das classes subalternas que, desde o I Fórum Social Mundial de 2001,⁷ em Porto

⁷ Neste contexto, é importante registrar o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, criado em 2001 para articular e mediar a participação nacional das redes internacionais da Economia Solidária, no I

Alegre, sob o lema “Um outro mundo é possível”, articulam a inclusão da economia solidária no debate nacional⁸. Entretanto, a incorporação do cooperativismo como pauta do governo Lula não pode ser entendida de forma dissociada das atuais tendências de flexibilização e desregulamentação das relações sociais de trabalho, no contexto da globalização neoliberal. Mas é importante considerar que a criação da SENAES é fruto da luta das classes subalternas, quando no Fórum Social Mundial⁹, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que articula vários segmentos dos movimentos sociais, reivindica a inclusão do cooperativismo no programa do governo Lula, através da elaboração de políticas públicas voltadas para a economia solidária (Singer, 2006). Decorre daí que:

O governo Lula anuncia no Fórum Social Mundial de 2003 (FSM2003) o compromisso de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária sob a direção do professor Paul Singer. A II Plenária Nacional, realizada durante o FSM, decide mobilizar as bases estaduais, até então com poucos Fóruns e articulações estaduais, para o debate sobre a identidade (Carta de Princípios), a Plataforma de Lutas, o Caráter e a Composição do Fórum a ser criado. Foram 18 estados que realizaram suas plenárias preparatórias (Secretaria Executiva do FBES, 2006: 75).

O primeiro mandato do governo Lula da Silva se encerrou em 2006. Neste período de quatro anos, no que se refere às ações direcionadas para a economia solidária, o governo contribuiu para a visibilidade pública dessas práticas no Brasil. Isto vem ocorrendo desde a criação da SENAES em 2003, que propiciou a realização do

Fórum Social Mundial. Nesta direção, o Grupo de Trabalho Brasileiro foi constituído por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária, do campo, da cidade, da Igreja, das bases populares, das bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais. Acrescenta-se neste movimento 12 Entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GT Brasileiro. São elas: Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred). (Fonte Secretaria Executiva do FBES, 2006).

⁸ “Nas quatro edições do fórum, três delas realizadas em Porto Alegre e a última na Índia, os debates e intercâmbios de idéias e práticas em economia solidária foram paulatinamente crescendo e ganhando as principais atenções do evento” (Barbosa, 2006: 106).

⁹ Conforme Sader (2004), o I Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi realizado no Brasil tendo em vista o êxito da proposta do Orçamento Participativo, através das políticas de reforma democrática do Estado, levada adiante por um partido de esquerda e centrada no fortalecimento da esfera pública. A temática predominante no Fórum voltava-se para os movimentos de resistência ao neoliberalismo. Entretanto, para o autor, as propostas de alternativas ao neoliberalismo se limitaram a pensar o local sem uma proposta global de superação do capitalismo. Uma questão importante destacada por Sader refere-se à perda do protagonismo nas discussões relacionadas ao mundo do trabalho, particularmente ao aprofundamento da exploração do trabalho pelo capital.

mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários existentes no Brasil e a criação de um banco de dados em nível nacional da economia solidária.

Neste contexto, nosso receio é que a formalização ou reconhecimento da economia solidária pelo governo reduza tais práticas a mais uma modalidade da informalidade do trabalho, que reforce a tendência de aprofundamento da exploração dos trabalhadores, logo, distorcendo a retórica governamental de combate à precarização das condições de trabalho, e afirmação de políticas públicas que resgatem o potencial dos trabalhadores vinculados às unidades produtivas de economia solidária, no sentido da formação de sujeitos políticos e econômicos.

A partir de um estudo comparativo desenvolvido por Costa (1997) sobre a constituição de esferas públicas locais em três cidades de Minas Gerais e o papel dos movimentos sociais, verificou-se a vigência da “participação induzida” nas “gestões participativas” das três cidades. Conforme o autor, numa dessas experiências,

“os atores mostraram-se extremamente vulneráveis a uma institucionalização imobilizadora e aos mecanismos de cooptação política. Passaram a ser reconhecidos pela população como meros apêndices da administração estatal, um ‘poder exterior’ nutrido administrativamente e não pelos processos comunicativos de formação da opinião e da vontade no nível das diferentes regiões da cidade.” (ibidem, 1997: 12).

Por isso é importante problematizar o tipo de participação que se constitui também nas práticas de economia solidária diante dos desdobramentos políticos e teóricos que conformam a política pública da SENAES.

Colhemos no depoimento de representantes de duas entidades de apoio que, apesar do reconhecimento das dificuldades de recursos públicos, há uma expectativa de crescimento da economia solidária enquanto política pública, a partir da criação da SENAES.

“Acredito que agora com a SENAES, que a economia solidária entre como uma política pública, que é um grande desejo nosso. Como política de estado, não como política de governo. E que passe a ser inserido dinheiro para ser investido nos empreendimentos por meio direto. A gente que dá assessoria e fomento, tá buscando esses recursos para viabilizar a formação para os grupos. E de certa forma esse recurso tem que ter no orçamento do estado” (Representante da entidade B).

“A gente acha que hoje a economia solidária tem uma visibilidade maior. Antes a gente suava para passar o chapéu. E eu acho que a SENAES contribuiu para isso. Quando desencadeia um processo de conferência, pois antes era um grupo restrito que falava de

economia solidária. Assim, quando ela coloca isso no mundo ganha uma visibilidade. A referência que eu tenho são as feiras estaduais nos anos de 2004, 2005 e 2006. Em 2004 a gente não teve recurso nenhum, foi uma feira feita na raça do povo, das pessoas dos empreendimentos. Em 2005 a SENAES contribuiu com uma parte e a gente não conseguiu apoio fora, foi só a prefeitura de Vitória. Em 2006 esses apoios eram oferecidos. As instituições ligavam: ‘Quero participar! O que está faltando?’ Instituições como o Banco do Brasil. E eu acho que isso veio muito a partir da visibilidade que a SENAES proporcionou ao movimento. Realizando eventos, plenárias, encontros nacionais, conferências municipais que desencadeou o processo. E aí deu mais visibilidade sim” (Representante da entidade A).

Não é possível desconsiderar a importância da SENAES no processo de consolidação da economia solidária no Brasil. Entretanto, queremos afirmar que é preciso ter cautela nas ações que governos e entidades de apoio têm junto a essas práticas. Diante da fragilidade política dos grupos de economia solidária é fundamental que esses segmentos recuperem o seu potencial reivindicativo e não sejam capturados por interesses políticos, muitas vezes divergentes dos interesses do movimento. Ou por movimentos atravessados por práticas participativas de governos, indutoras de mudanças nos padrões de organização e participação da população, como sugere Costa (1997).

É neste cenário que, no ano de 2003, com a criação da SENAES e fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FEBS, principal parceiro desta Secretaria, foi elaborado o Plano de Ação de 2004 da SENAES¹⁰. Neste plano, merece destaque, como uma de suas ações, a criação de um banco de dados nacional e estadual, integrado à SENAES, na área da economia solidária. Por meio da constituição desse banco de dados estão veiculados o mapeamento e a criação de um sistema nacional de informações sobre a economia solidária.

Esse processo foi desenvolvido em sua primeira fase, em 2004, em todo o país, e teve sua segunda fase encerrada em 2005. Trata-se de uma ação pioneira no campo da economia solidária, que forneceu um retrato atualizado dessas práticas na realidade brasileira. Vale ressaltar que alguns desses dados serão utilizados em nossa análise

¹⁰ No Plano de Ação de 2004, formulado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, constam dez etapas: 1. funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária; 2. fomento à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária; 3. apoio às políticas públicas de economia solidária dos Estados e Municípios; 4. promoção do consumo ético e comércio justo; 5. assistência técnica para geração de finanças solidárias; 6. apoio para a organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos; 7. promoção de um arcabouço legal para a economia solidária; 8. desenvolvimento do conhecimento e formação em economia solidária; 9. mapeamento e sistema de Informações de economia solidária; 10. comunicação e divulgação da economia solidária (Fonte: Plano de Ação 2004 – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego).

para traçarmos um panorama das unidades produtivas de economia solidária no Brasil e no estado do Espírito Santo. Porém, como já mencionamos, o fato desse levantamento estar inconcluso não invalida a sua importância para um conhecimento parcial da realidade da economia solidária no país, neste momento¹¹. Alguns desses dados, de interesse para nossa discussão, serão aqui apresentados, no sentido de nos possibilitar a análise das tendências da economia solidária na direção de uma nova sociabilidade.

Como uma das primeiras ações do governo, o mapeamento trouxe a possibilidade de caracterização da economia solidária em todo o Brasil. Nesta tarefa, foram mobilizadas cerca de duzentas entidades de apoio e fomento à economia solidária, juntamente com mais de setecentos entrevistadores de universidades e militantes sociais que visitaram, até 2005, em torno de quinze mil unidades produtivas de economia solidária. A pesquisa teve como objetivo buscar informações sobre a trajetória da unidade, sua atividade econômica, sua forma de gestão, suas dificuldades e principais demandas. A partir da sistematização desse conhecimento da realidade, a expectativa dos sujeitos envolvidos nas práticas de economia solidária é que, com essas informações, sejam efetivamente criadas políticas públicas voltadas para suas demandas.

Para termos maior visibilidade das ações do governo/SENAES na área da economia solidária, registra-se também, em agosto de 2004, a realização do I Encontro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários que reuniu 2500 (dois mil e quinhentos) representantes de todos os Estados brasileiros. O principal objetivo desse evento foi a criação dos Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais de economia solidária, que passam a articular o FEBS.

Em 2005, através do FEBS, a Economia Solidária é colocada no centro do Fórum Social Mundial e desafiada a gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente, contra os produtos nocivos das transnacionais, e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais (Secretaria Executiva do FBES, 2006).

No ano de 2005 também começaram a ser implementados os Centros Públicos de Economia Solidária, criados pela SENAES com o objetivo de construir espaços físicos

¹¹ As informações desse primeiro momento do mapeamento estão disponíveis no site do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária/SIES: www.sies.mte.gov.br.

de referência para o conjunto dessas práticas. Esses Centros, mediante convênio com governos estaduais e municipais, são entendidos como espaços voltados para a produção de conhecimento, apoio, assessoria técnica e jurídica às práticas de economia solidária. E devem atuar também na articulação de políticas públicas e sistematização de metodologias que visem ao desenvolvimento local e sustentável dos grupos (Marinho, 2006). Dentre as atividades definidas pela SENAES, destacam-se as atividades de formação, capacitação profissional e assistência gerencial para comercialização dos produtos. Contudo, cabe ressaltar que são poucos os estados que criaram estes Centros Públicos. No estado do Espírito Santo, por exemplo, ele ainda não foi implementado. Conforme dados da SENAES/MTE, até o momento, foram assinados 21 convênios com prefeituras, sendo que o último Centro Público de Economia Solidária foi inaugurado no dia 25 de junho de 2007, em Belo Horizonte (MG) (www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp) acesso em 01/10/2007.

Como mais uma iniciativa governamental de divulgação da economia solidária, em março de 2006, conforme portaria Nº 30, o então Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, instituiu o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES, com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil. Segundo definição contida na referida portaria, o SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil, que se orienta pelos conceitos constantes no Termo de Referência do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesse contexto de redução dos gastos públicos com políticas sociais, do crescimento do desemprego, das atuais tendências de flexibilização das relações de trabalho, o importante é que a SENAES passa a incorporar parte das demandas desses segmentos das cooperativas na perspectiva da economia solidária. Contudo, cabe esclarecer que no mapeamento não foram consideradas aquelas unidades produtivas submetidas aos processos de terceirização e declaradamente marcadas por relações sociais de trabalho mercantis, ou seja, por práticas intituladas de cooperfraudes ou cooperativas pragmáticas.

Para identificação das unidades produtivas direcionadas a partir dos princípios da economia solidária, o termo de referência do Ministério do Emprego e Trabalho define que a economia solidária compreende o conjunto de atividades econômicas – de

produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.

Embora tenhamos clareza da heterogeneidade presente nessas experiências, algumas inteiramente subordinadas ao capital, outras que apresentam certa dependência e articulação com empresas capitalistas, existem aquelas que, “a duras penas”, buscam manter vivos os princípios e valores do cooperativismo. Para a SENAES neste conjunto de atividades econômicas são destacadas, pelo termo de referência, quatro importantes características que devem estar presentes nos empreendimentos econômicos solidários. São elas, a cooperação, a autogestão, a viabilidade econômica e a solidariedade¹².

Nessa perspectiva, para a SENAES, os “empreendimentos econômicos solidários”¹³ se configuram como organizações:

- a) “Coletivas - suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc;
- b) Cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) Permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) Com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real com registro legal;
- e) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de

¹² Conforme a SENAES (Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil / MTE):

A **cooperação** envolve a existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

A **autogestão** envolve o exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

Viabilidade econômica é definida a partir da agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

E por fim a **solidariedade** que segundo a SENAES é determinada por uma preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Nesta concepção de solidariedade também se inclui o comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidores.

¹³ Empreendimentos econômicos solidários é o termo utilizado pela SENAES para definir as atividades laborativas na perspectiva de economia solidária.

consumo solidário” (Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006).

A partir dessas características, as práticas de economia solidária se apresentam essencialmente como práticas econômicas de sobrevivência que visam a buscar alternativas de ocupação e renda diante da crise generalizada do emprego. A isto se acrescenta ainda que seus participantes, na sua maioria, são desempregados, excluídos do mercado formal.

Porém, o mais importante a ser ressaltado é que essas práticas estão associadas ao movimento mais geral da sociedade, especialmente a partir dos anos 1990, com as articulações que se desenvolvem em torno do Fórum Social Mundial. Através desse movimento, já é possível perceber a difusão de um discurso crítico e o surgimento de focos de resistência aos projetos sociais conduzidos pela lógica da globalização neoliberal.

Por outro lado, não se pode esquecer que apesar das iniciativas que buscam construir a identidade das práticas de economia solidária, estas ainda se apresentam na realidade brasileira marcadas por profundas ambigüidades, dada a diversidade com que se expressam. O que revela uma realidade complexa e contraditória no sentido de afirmação de seu potencial na construção de uma nova sociabilidade. Nessa ótica, compartilhamos com Barbosa (2006) a idéia de que o campo da economia solidária ainda é de entroncamento dos vários significados que tais práticas incorporam, muito embora o discurso hegemônico nos fóruns articuladores dessas práticas, e que hoje são abrigados no governo, seja de vinculação dessas práticas econômicas com ações coletivas autogestionárias. Portanto, isto nos leva a considerar a dificuldade de afirmar a existência de um único projeto.

Outro elemento importante a destacar, que marca a pluralidade dessas experiências, diz respeito ao crescimento das entidades que passam a apoiar essas unidades produtivas. Este crescimento, por sua vez, insere-se no quadro de um movimento mais amplo. Por um lado, deve ser compreendido como fruto de articulações de várias entidades, como Igreja, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, que se anteciparam ao governo na elaboração de propostas de políticas públicas voltadas para a economia solidária, e que se associaram na luta pelo reconhecimento e apoio por parte do governo federal das práticas de economia solidária. Por outro lado, deve-se considerar também que o crescimento de entidades de fomento à economia solidária se inscreve *“no amplo processo reformista dos anos 1990, que desqualificou o Estado enquanto*

instância política e de proteção social” (Barbosa, 2006: 104), e que tem como horizonte a flexibilização e desregulamentação das relações sociais de trabalho, transferindo para a própria sociedade civil a responsabilidade da geração de emprego.

Neste âmbito, o papel das entidades de apoio e fomento à economia solidária é contraditório e marcado por diferentes interesses de classe. Isso se justifica pela própria heterogeneidade dessas entidades que envolvem universidades, sindicatos, igrejas, ONGs e movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra/MST. Logo, essa diversidade de entidades expressa também os diferentes interesses políticos e econômicos a elas inerentes. Decorre daí que:

“... a complexidade da economia popular não está dada somente pela diversidade das atividades com que se apresenta, mas também pela complexidade do emaranhado de interesses que orientam cada um de seus agentes externos. Sendo gerida no interior mesmo de uma sociedade em conflito, que tem-se movido sob a hegemonia da lógica excludente do mercado, a economia popular tem convivido com os diferentes interesses daqueles que visam a ‘combater o desemprego e a pobreza’. Para fortalecer os laços clientelistas, por meio de ações assistencialistas, de um lado, estão aqueles agentes cujos interesses relacionam-se com a necessidade de um ajuste estrutural dos países ‘em desenvolvimento’. Para alguns, o objetivo é assegurar as condições para a reestruturação produtiva e para a flexibilização das relações entre o capital e o trabalho, além de estimular a competitividade no mercado, subordinando a chamada ‘economia informal’ à regulamentação estatal. De outro lado, estão os interesses dos agentes que compreendem a necessidade de garantir a sobrevivência imediata dos setores populares, criando, também, formas de subsistência mais estáveis e duradouras. Entre estes últimos, estão também aqueles que acreditam ser, além de assegurar o direito à vida, necessário estimular e fomentar novas relações de convivência, ao menos no interior dos empreendimentos populares” (Tiriba, 2001: 340).

Segundo a SENAES, as entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são definidas por aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, organização e acompanhamento. Porém, o que se pretende deixar claro é que, devido à diversidade de interesses políticos que perpassa o apoio dessas entidades às unidades de economia solidária, não se pode esperar neutralidade em suas ações.

Num breve resgate da atuação dessas entidades, Cruzzi (2005) destaca que o primeiro agente a fomentar a economia solidária no Brasil foi o Movimento Sem-Terra, que decidiu, em 1987, orientar seus assentamentos à construção de cooperativas de produção. As atividades cooperativas junto ao MST se desenvolvem numa perspectiva

de crítica ao capitalismo, pois diante da expansão do capitalismo no campo, a luta pela terra passa a ser antes de tudo uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração (Ferreira, 2000).

Ao longo das experiências do MST, vivenciadas na luta pela construção de novas formas de organização social, as experiências de cooperação culminaram na criação, em 1989 e 1990, do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)¹⁴. Hoje o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros. Vale ressaltar que o MST, frente à ofensiva neoliberal dos últimos governos, se constitui num importante movimento de resistência dos trabalhadores. Portanto, é preciso considerar esse movimento sob o ponto de vista da organização política, visto que o MST tem demonstrado nas duas últimas décadas uma grande capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores sem-terra – o que dá destaque a experiências de economia solidária também nos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Prosseguindo nesse resgate histórico, também como uma das entidades de fomento à economia solidária encontra-se a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária /ANTEAG. Constituída em maio de 1994, a ANTEAG tem como foco central a construção de alternativas ao desemprego, para e com os próprios trabalhadores. A ANTEAG surge como uma associação civil sem fins lucrativos, que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão. Conforme Cruzii, a ANTEAG envolve:

“Empresas que faliram em meio ao ajuste neoliberal e à desregulamentação comercial brasileira e cujos trabalhadores lutaram organizadamente para que os passivos trabalhistas fossem convertidos em capital de novas empresas, a partir da transferência da massa falida para as associações de trabalhadores ou para as cooperativas formadas pelos antigos funcionários” (2005).

Trata-se de mais uma iniciativa organizada pelos trabalhadores para o enfrentamento do desemprego, e que, no contexto das relações sociais de produção capitalista, busca criar possibilidades de trabalho a partir da autogestão.

Outro agente de fomento que se destaca são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares/ITCPs, que nasceram no Rio de Janeiro em 1996, e no Ceará, em final de 1997. Elas foram originadas dos Comitês de Defesa da Cidadania contra a Fome e a Miséria (“Campanha do Betinho”), que funcionavam na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Ceará. As ITCPs têm como objetivo “*utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho*” (Guimarães, 2000: 111).

¹⁴ Com relação à criação do Sistema Cooperativista dos Assentados/SCA, ver em Vendramini (2004) as críticas referentes às linhas políticas, contraditórias, que assume o SCA.

O fortalecimento das cooperativas vêm se dando intensamente no espaço universitário brasileiro, particularmente no final dos anos 1990. Em 1998 o interesse de outras universidades levou a FINEP/Financiadora de Estudos e Projetos a criar o PRONINC/Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Naquele mesmo ano, esse programa possibilitou a criação de mais cinco Incubadoras Universitárias, tendo como referencial a ITCP/Coppe/UFRJ. E em 1999, a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) potencializou a constituição da Rede Universitária de ITCPs (Barros, 2004: 191). Essa união das universidades na Rede de Incubadoras tem como objetivo:

“articular as experiências acumuladas pelas universidades no suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. Promover a inserção social e a melhoria da qualidade de vida de comunidades marginalizadas. E a produção e socialização dos conhecimentos, também, como metas a serem atingidas” (Guimarães, 2000: 115).

Atualmente, no Brasil, congregam a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares cerca de trinta ITCPs, implantadas em Universidades em quase todas as unidades da Federação. Essas incubadoras estão organizadas em duas Redes: a Rede de ITCP's e a Fundação Unitrabalho (www.cooperativismopopular.ufrj.br/itcp_hist.php - último acesso 30/09/07).

Contudo, cabe destacar que as ITCP's, enquanto agentes de assessoria técnica e geradoras de pesquisa na área da economia solidária, ocupam um lugar polêmico. Pois, num terreno marcado por contradições, é preciso considerar que a organização das cooperativas pelas universidades constitui-se em riscos e possibilidades.

“Os riscos são, entre outros, os de produzir um cooperativismo funcional ao capital assim como processos educativos adaptativos. Já as possibilidades se situam no desenvolvimento de processos educativos que desenvolvam a autonomia e elevem o senso comum a uma visão unitária e crítica da realidade, além da constituição de laços de solidariedade e igualdade para uma nova cultura do trabalho, centrada na perspectiva de novas relações sociais” (2004: 194).

O que se quer afirmar é que, também nos espaços acadêmicos atravessados pelas contradições de classe, o papel das ITCP's junto às práticas de economia solidária não está isento das determinações estruturais do capital.

Outro agente de fomento à economia solidária, também bastante polêmico entre os críticos da área, é a Central Única dos Trabalhadores/CUT. Frente ao fechamento de empresas industriais e redução de mão-de-obra, a CUT vem direcionando uma parte importante de seus esforços, nos sindicatos de base, para ações que envolvem a

economia solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego. Como fruto deste processo de articulação das entidades sindicais foi criada, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS, vinculada à CUT, visando a contribuir para a mobilização dos sindicatos e formulação de propostas na direção da economia solidária.

Porém, vale ressaltar que essa aproximação e interesse dos sindicatos à idéia da economia solidária é bastante complexa. Sem cairmos numa visão maniqueísta, esse processo pode, por um lado, significar interesse efetivo da CUT em pensar a construção de políticas públicas para fortalecer as unidades produtivas de economia solidária na criação de empregos que apontem melhorias das condições de trabalho ou, por outro lado, como muito se destaca na literatura, pode expressar fragilidade e cooptação dos sindicatos pela lógica neoliberal, em tempos de sindicalismo mais enfraquecido e defensivo, como assinala Antunes (1995).

Os indícios são de que tal iniciativa da CUT volta-se para uma perspectiva oposta ao sindicalismo combativo existente nos anos 1970. Hoje, as análises apontam para uma mudança na atuação da CUT, com a prática de um sindicalismo propositivo, através da participação e maior diálogo com o governo na construção de estratégias ao desemprego¹⁵.

A crise que o sindicalismo brasileiro vivencia desde os anos 1990 vem sendo objeto de análises que indicam a ofensiva do ideário neoliberal, associado ao regime de acumulação flexível como determinantes. E esses elementos, como tratado anteriormente, impõem uma série de mudanças na realidade brasileira, contribuindo “... para a consolidação política de tendências moderadas e defensivas no seio do sindicalismo cutista e para o surgimento de tendências liberais no sindicalismo brasileiro” (Alves, 2006: 473). Parece ser neste contexto de defesa do emprego dentro das relações capitalistas e não do combate ao sociometabolismo do capital, que se justifica a tendência de incorporação pelos sindicatos das práticas de economia solidária.

Outra entidade que vem se destacando no apoio à economia solidária é a Cáritas Arquidiocesana, uma das mais antigas entidades a apoiar experiências de geração de trabalho e renda junto aos segmentos populares. A Cáritas é uma organização não-

¹⁵ Não é objetivo deste estudo aprofundar a análise sobre as mudanças nas diretrizes de ação da CUT, mas apenas pontuar o acolhimento, por essa central sindical, das práticas cooperativas.

governamental da Igreja Católica, criada no Brasil em 1956 e que, desde 1980, para enfrentar o desemprego, vem desenvolvendo projetos sociais diversos. As ações da Cáritas se realizam através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), com o objetivo de enfrentar questões sociais vivenciadas pelas comunidades, como falta de água, falta de comida, de moradia e principalmente a dificuldade de trabalho. É nesta perspectiva que a Cáritas vem desenvolvendo ações junto às unidades produtivas de economia solidária em todo o Brasil.

Com a criação da SENAES, a partir de 2003, as unidades produtivas e as várias entidades de apoio e fomento à economia solidária passam a se articular de forma mais intensa na perspectiva de consolidar a inclusão no mundo do trabalho desses novos segmentos que formam o universo das cooperativas. Para Barbosa:

“Aos poucos essas experiências foram ganhando visibilidade local e incorporação em programas de governo locais como alternativa ao desemprego e desaquecimento econômico regional, mesmo com os limites de governabilidade sobre os fatores macroeconômicos. Isso é particularmente expressivo enquanto economia solidária em governos populares de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, paulatinamente foi-se forjando nas regiões metropolitanas e rurais práticas de fomento à economia solidária, fortalecendo ações já existentes de organizações da sociedade e entidades religiosas ou sindicais. São destaques nessa direção o Governo do Estado do Rio Grande do Sul 1999/2002 (Leboutte, 2003), a Prefeitura de São Paulo (2000/2004), a Prefeitura de Recife (2000/2004), a Prefeitura de Santo André, a Prefeitura de Belém, a Prefeitura de Chapecó (SC), a Prefeitura de Porto Alegre, a Prefeitura de Caxias do Sul, a Prefeitura de Belo Horizonte, entre outros” (2006: 105).

Neste horizonte, nos anos 2000, a economia solidária se espalha na realidade brasileira e articula uma diversidade de entidades de apoio e fomento, com a intencionalidade primeira voltada para a geração de trabalho e renda, objetivando, portanto, garantir condições de sobrevivência aos segmentos excluídos do mundo do trabalho.

Todavia, contraditoriamente, é preciso considerar que a economia solidária está associada também ao discurso crítico, que denuncia a exploração do trabalho no contexto da globalização neoliberal, em que cabe interrogar elementos que sinalizem suas potencialidades na construção de uma nova sociabilidade.

Trata-se de um processo recente, que está em curso no contexto da globalização neoliberal, o que dificulta a produção de análises precisas sobre as tendências que a economia solidária assume na contemporaneidade. Portanto, a partir dessas considerações e com base no Atlas da Economia Solidária no Brasil, divulgado em

2006, identificamos algumas características que sugerem a configuração do quadro atual da economia solidária no Brasil.

4.3. Principais características da Economia Solidária no Brasil nos anos 2000

Desenhar o perfil da economia solidária na realidade brasileira é uma tarefa bastante difícil e arriscada. Isto porque, como já foi constatado, trata-se de um campo marcado por uma enorme diversidade de práticas, que não nos permite incorrer no erro de reduzi-las a uma única racionalidade, considerando-as como práticas homogêneas.

Conforme França Filho (2006), as possibilidades de cair numa visão superficial ou de propor um olhar parcial e incompleto sobre o assunto são significativas. Isto porque as dimensões continentais do país e sua complexidade, ligadas às profundas diferenças regionais, tornam difícil e, diríamos, até impossível, um exame completo dessa realidade nesse momento. Acrescentamos, ainda, que o recente espraiamento das práticas de economia solidária no contexto brasileiro manifesta uma dinâmica bastante fluída no momento atual.

Dessa forma, a partir dos conceitos e características anteriormente definidos pela SENAES, buscaremos trazer alguns elementos que nos aproximam dessa realidade das práticas de economia solidária no Brasil, tendo por base o mapeamento de 2005, realizado sob a coordenação da referida secretaria.

Um primeiro esforço, em nível nacional, visando a conhecer a economia solidária no Brasil, revela que o mapeamento elaborado pela SENAES indica o registro de 14.954 unidades produtivas de economia solidária e 1.120 Entidades de Apoio e Fomento. Nesse processo, foram visitadas unidades de economia solidária em todos os estados da federação, abrangendo 2.274 municípios. Esses dados correspondem a 41% dos municípios brasileiros. Segundo a SENAES, em muitos Estados o tempo previsto para o término da pesquisa, dezembro de 2005, e as dificuldades de acesso e localização a essas unidades impossibilitou uma aproximação mais realista do total de unidades produtivas e entidades de fomento à economia solidária existentes em todo o Brasil. Por isso, com o objetivo de complementação de dados, o mapeamento, neste ano de 2007, ainda continua sendo realizado em vários Estados.

Nesta análise nos apropriamos dos dados disponibilizados pela SENAES, a partir do primeiro mapeamento, realizado em 2005. Na tabela abaixo, podemos identificar a quantidade e o percentual de unidades produtivas de economia solidária no Brasil, por unidade da federação/região.

UF	Nº de unidades	% unidades	Nº de Municípios	% Municípios/Tot al de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1066	7,1%	83	37%
CE	1249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%

SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

Tabela 1 - Quantidade e percentual de unidades de Economia Solidária por unidade da federação/região.

Fonte: Reprodução da tabela do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2006 - MTE/SENAES.

Totalizando 14.954 unidades produtivas de economia solidária, esses dados registram que o maior percentual dessas unidades se concentra na região nordeste, com 6.549 grupos identificados, o que corresponde a 44% do total de unidades produtivas de economia solidária em todo o Brasil. Entretanto, vale ressaltar que, na região sudeste, nos dois grandes Estados do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, o número de municípios visitados foi reduzido a 23% e 12% respectivamente. Isto contribuiu para que a região sudeste apresente o menor número de municípios visitados, correspondendo a apenas 23% dos municípios mapeados. Portanto esses dados não correspondem à realidade atual da região sudeste. No ano de 2007, considerando a continuidade do mapeamento, essa realidade será alterada.

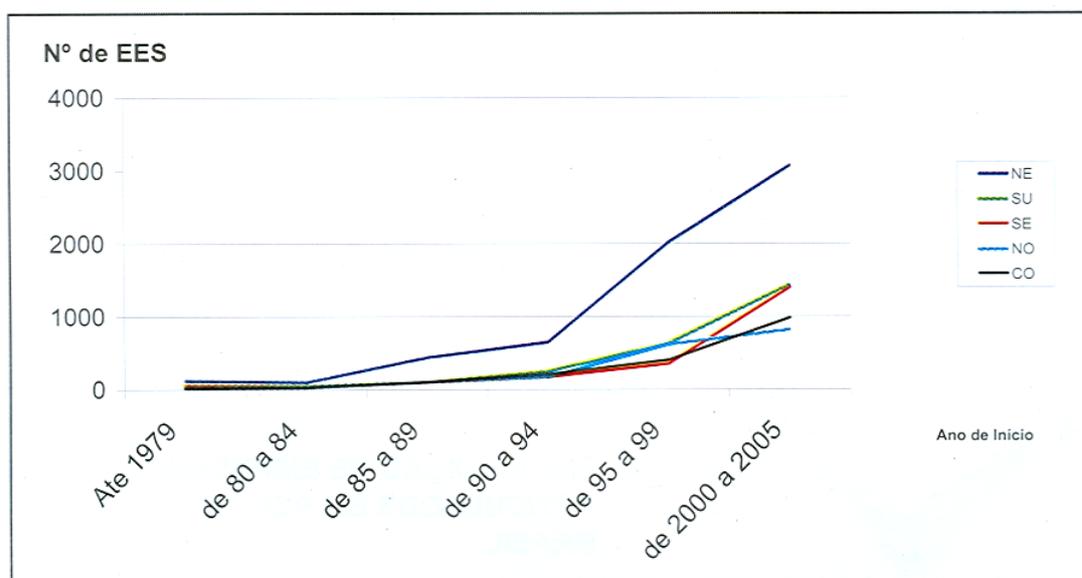


Gráfico 1 - Unidades de Economia Solidária por ano de início - segundo grandes regiões no Brasil

Fonte: reprodução do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2006 - MTE/SENAES.

Os dados do mapeamento revelam que é a partir da década de 1990 que se identifica o crescimento expressivo de unidades produtivas de economia solidária em todas as grandes regiões brasileiras. No entanto, nos anos 1990, o nordeste também é a região que se destaca em relação às outras regiões brasileiras (sul, sudeste, noroeste e centro-oeste).

Como pode ser visto no gráfico acima, no nordeste, as informações obtidas no mapeamento expressam o crescimento de três mil (3000) unidades produtivas no período de 1979 até 2005. Nas outras regiões do Brasil, o crescimento da economia solidária apresenta uma tendência de crescimento semelhante.

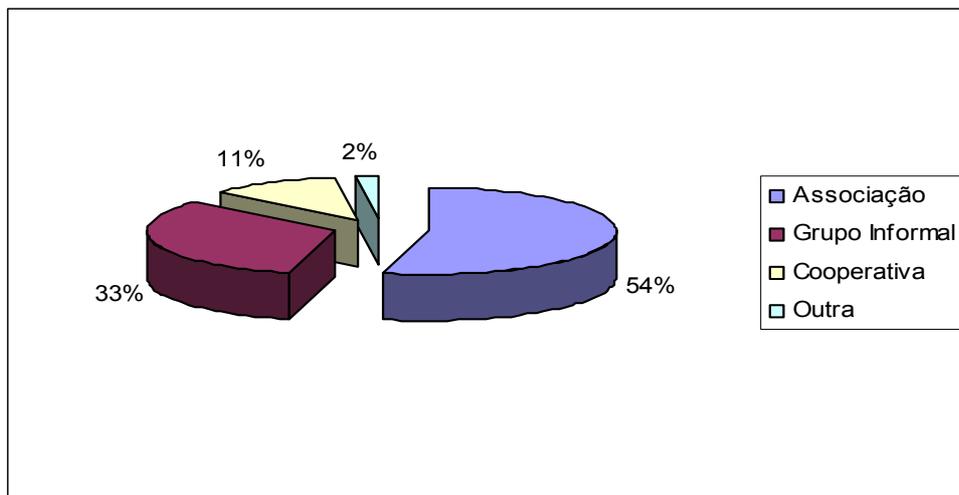


Gráfico 2 - Forma de organização no Brasil

Fonte – Reprodução do gráfico do Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2006/SENAES/TEM.

Quanto às formas de organização, segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil/SENAES, as unidades produtivas estão distribuídas em cooperativas, associações, grupos informais e outras formas de organização não identificadas. Registra-se que a maior parte das unidades produtivas de economia solidária está organizada sob a forma de Associação, equivalendo a 54%, em seguida identifica-se 33% de Grupos Informais e 11% dessas unidades produtivas se organizam por meio de Cooperativas. Outras formas de organização se revelaram pouco significativas, correspondendo a apenas 2% do total das unidades produtivas de economia solidária mapeadas no Brasil.

A predominância de unidades de economia solidária organizadas sob a forma de Associações e Grupos Informais, totalizando 88% e apenas 11% em Cooperativas, expressa dificuldades burocráticas e também de ordem financeira, pois legalizar uma cooperativa é custoso. As exigências administrativas, burocráticas e financeiras para criação de uma cooperativa impedem vários grupos de efetivarem todas as exigências legais requeridas. Essa concentração nas formas de organização através de grupos informais e associações expressa também uma fragilidade do ponto de vista político pois, como mencionamos, os segmentos que fazem parte das práticas de economia solidária, originários das classes subalternas, apresentam pouca trajetória de participação política. O que, de alguma forma, contribui para a permanência nessas formas de organização, em associações ou grupos informais.

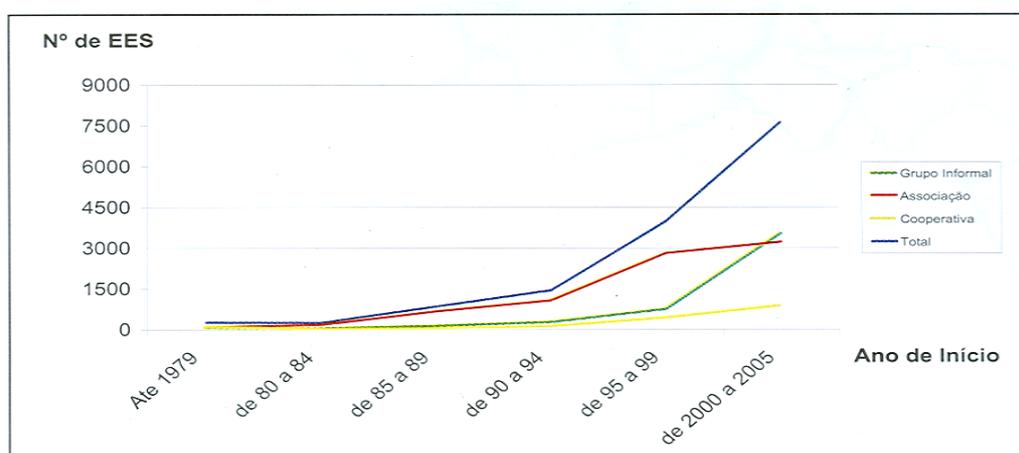


Gráfico 3 - Unidades de Economia Solidária por ano de início – segundo forma de organização no Brasil.

Fonte - Reprodução original do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – MTE/ SENAES.

Como o gráfico acima demonstra, é sob a forma de grupos informais que as unidades produtivas de economia solidária no Brasil manifestam uma maior taxa de crescimento, a partir da metade da década de 1990. Como tratamos no capítulo 2, esses dados estão associados, particularmente às mudanças societárias no padrão de regulação do capital que, nos anos 1990, apontam para a flexibilização e desregulamentação das relações sociais de trabalho no país.

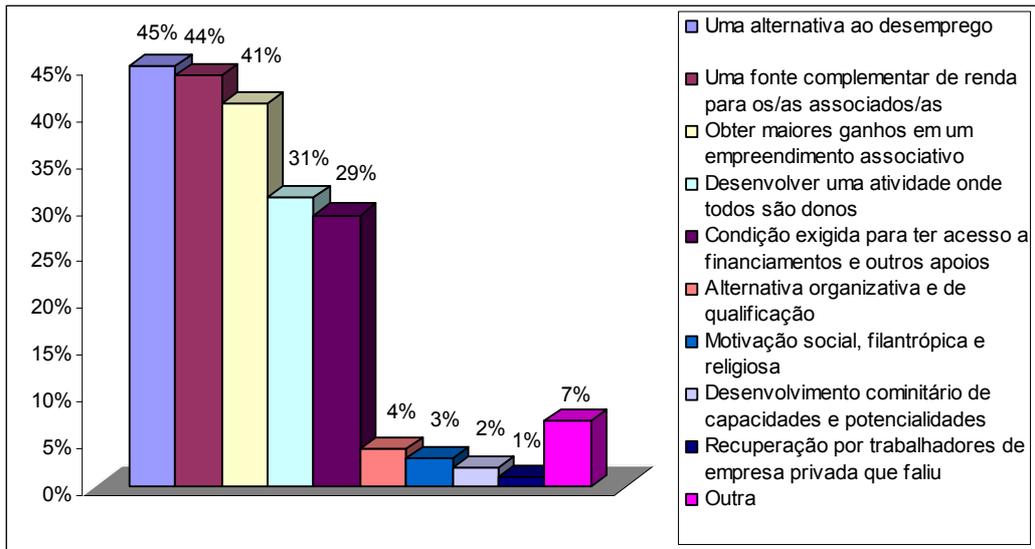


Gráfico 4 - Motivos para criação das unidades produtivas de Economia Solidária no Brasil.
Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/MTE – elaboração própria.

Frente às mudanças societárias dos anos 1990, um outro dado significativo no mapeamento diz respeito aos motivos que justificam a criação das unidades produtivas de economia solidária. Em 45% dessas unidades, a motivação primeira para a criação das práticas de economia solidária está associada à necessidade de desenvolver uma atividade laborativa alternativa ao desemprego vivido, particularmente, pelos segmentos das classes subalternas. Ao lado desse percentual, comparecem 44% de trabalhadores nas unidades produtivas, motivados pela necessidade de criar uma fonte complementar de renda, e 41% que buscaram nas unidades produtivas de economia solidária uma forma de obter maiores ganhos.

A concentração maior das respostas incide na busca de uma alternativa ao desemprego. Em segundo lugar aparece uma fonte complementar de renda. Em outros termos, esses dados confirmam que o que determina de imediato a criação da maioria das unidades produtivas de economia solidária no Brasil são o desemprego e a renda precária – determinações articuladas ao atual contexto da globalização neoliberal, diante das ofensivas do capital sobre o trabalho.

4.4. A Economia Solidária no estado do Espírito Santo

Na realidade do Espírito Santo, também as condições econômicas objetivas decorrentes do desemprego fizeram crescer as práticas de economia solidária. Data de 1999 a retomada da economia solidária no estado, quando os primeiros grupos de produção foram assessorados pela Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória, pela Cáritas Arquidiocesana de Vitória, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/CDDH e pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Conforme informações obtidas pelo Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo/FEPS, a reflexão sobre estas primeiras experiências e sobre os problemas comuns vivenciados entre os grupos impulsionou a preocupação com a articulação desses grupos de produção e das entidades de apoio, o que resultou na fundação, em fevereiro de 2001, do Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo/FEPS. O FEPS surgiu, portanto, da necessidade de se constituir uma rede local de apoio às unidades produtivas de economia solidária que já existiam e outras iniciativas associativas que desejavam se constituir com base nos princípios da Economia Solidária. Para alcançar esses objetivos foram realizados seminários, palestras e cursos em torno do tema da Economia Solidária. Nesse mesmo ano, o FEPS se integrou à Rede Brasileira de Economia Solidária, criada também em 2001 e, posteriormente, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, criado em 2002. Isso contribuiu decisivamente para fomentar no estado o aprofundamento do debate e a troca de experiências no campo da economia solidária.

Em 2003, teve início uma parceria com entidades italianas, para melhorar a organização e estruturação do FEPS e financiar ações de apoio e formação de unidades produtivas de economia solidária. Esta parceria teve como fator determinante a visita de representantes de cooperativas italianas.

A partir de 2004, atendendo às orientações propostas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, a Delegacia Regional do Trabalho/DRT no estado do Espírito Santo começou a colaborar com o propósito de contribuir para a gestão de uma política pública voltada para a área da economia solidária.

Nesse processo de organização do setor no estado, é importante destacar que, em 2004, foi formada a Equipe Gestora Estadual/EGE, composta por quatro segmentos da sociedade: governo/Delegacia Regional do Trabalho; Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS, vinculada à CUT; Faculdade Salesiana de Vitória e o Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo. Esta equipe ficou responsável pela elaboração e implementação da primeira e segunda fase do mapeamento em economia solidária no

estado, proposta pela SENAES. Esse processo, realizado no período de junho de 2004 a novembro de 2005, teve seu término em dezembro de 2005. Atualmente, frente à necessidade de continuidade do mapeamento em todo o Brasil, o FEPS se organiza para coordenar e concluir a 3ª fase do mapeamento no estado do Espírito Santo.

Segundo informações obtidas no banco de dados do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária /SIES, estão registrados, hoje, no Estado do Espírito Santo 281¹⁶ (duzentos e oitenta e uma) unidades de economia solidária.

Examinando esses dados, procuraremos levantar as principais características dessas experiências no estado. Assim, esses dados foram selecionados a partir do nosso interesse de pesquisa e subsidiaram nossa análise.

Cabe destacar que, atualmente, existe no estado uma dinâmica organizativa do campo da economia solidária que envolve, como principais atores, gestores públicos, organizações não governamentais, universidades e várias outras entidades de articulação da sociedade civil, que buscam discutir e imprimir ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. Porém, o retrato desta realidade ainda é nebuloso sem uma configuração definida, dado o seu recente ressurgimento e as ambigüidades de interesses que essas entidades de apoio também revelam no campo da economia solidária.

No estado do Espírito Santo foram registradas na segunda fase do mapeamento da SENAES/MTE, 21 entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária. Entretanto, destacamos as principais entidades de apoio às práticas de economia solidária a partir de três critérios: participação no Fórum de Economia Popular Solidária/FEPS; organização das feiras estaduais de economia solidária e participação no mapeamento organizado pela SENAES. Definimos esses critérios visando a chegar àquelas entidades que apresentam, nos últimos anos, apoio efetivo a essas práticas no Estado. A partir desses critérios destacamos:

- **O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/CDDH** – entidade que vem contribuindo mais diretamente para a articulação e direção política da economia solidária no estado. Destaca-se que este Centro iniciou o apoio a essas unidades em 1999 e contribuiu para a criação do FEPS em 2001. É no CDDH que está a base da organização do FEPS, assim como o local onde acontecem suas

¹⁶ Embora o Atlas da Economia Solidária no Brasil, publicado em 2006 pela SENAES/MTE, compute 259 (duzentos e cinquenta e nove) empreendimentos econômicos solidários, trabalhamos aqui com o quantitativo de 281 (duzentos e oitenta e um) empreendimentos, conforme dados mais atualizados, quando acessamos o site do SIES no primeiro semestre de 2007.

plenárias com os associados. Atualmente, a entidade participa ativamente como entidade de apoio na mobilização social dos grupos de economia solidária e no campo da formação, através do desenvolvimento de cursos de capacitação na área da economia solidária.

- A **Cáritas Arquidiocesana de Vitória** – entidade de apoio ligada à Igreja Católica, como já mencionamos, com uma longa trajetória no apoio às cooperativas populares. No estado do Espírito Santo, vem apoiando essas unidades produtivas desde o final da década de 1990. Neste período, a Cáritas criou um setor específico para o trabalho no campo da Economia Solidária. E hoje conta com duas assistentes sociais contratadas para articulação e assessoria dos grupos de economia solidária no estado. Atualmente, a Cáritas participa ativamente do FEPS, ocupando assento na coordenação.
- A **Associação de Educação Católica do Espírito Santo/AEC** – também é uma entidade ligada à Igreja Católica e tem uma linha de atuação voltada para a educação popular. Desde 2003 vem atuando na interface da educação popular junto às unidades de economia solidária. Segundo a educadora popular entrevistada, a principal proposta da entidade para o campo da economia solidária é “apoiar e assessorar os empreendimentos dos municípios da Grande Vitória, através de intervenções pontuais quando é convidada por algum empreendimento, trabalhando temas gerais ou específicos que envolvam a economia solidária”. Conforme a entrevistada, “busca-se construir com os grupos um plano de ação, para cumpri-lo desde a formação, o que se mistura um pouco com a incubação do empreendimento”.
- A **Delegacia Regional do Trabalho/DRT** – desde 2004, vem participando enquanto órgão do governo federal na coordenação das ações da SENAES no estado do Espírito Santo. Conforme um dos entrevistados, representante da DRT, a participação da entidade na área da economia solidária é “uma determinação governamental, é parte do programa de governo que a DRT participe ativamente como membro do governo”. Nesta direção, as principais ações da DRT no campo da economia solidária voltam-se hoje para a coordenação técnica do mapeamento; realização de seminários junto às unidades e qualificação do PLANSEQ¹⁷.

¹⁷ O PLANSEQ é parte integrante do Plano Nacional de Qualificação/PNQ (2003-2007) e foi instituído por meio da Resolução 333/2003 do CODEFAT. Conforme consta nessa resolução, os “PLANSEQs se caracterizam como um espaço de integração de mão-de-obra, qualificação social e profissional e

Merece registro, aqui, como um dos problemas identificados na própria pesquisa do mapeamento, o fato de que, ao lado da diversidade de práticas de economia solidária e dos agentes que as incentivam, inscreve-se também uma diversidade interpretativa, assumida tanto pelos seus sujeitos, quanto pelas suas entidades de apoio.

Como mencionamos no capítulo anterior, isto expressa a variedade de significados que a economia solidária vem assumindo na realidade atual, o que implica diversas interpretações subjacentes às propostas de políticas sociais voltadas para a área no atual governo. Conforme França Filho:

“Uma ilustração dessa diversidade interpretativa própria às políticas de economia solidária hoje é a heterogeneidade de ações veiculadas em seu nome. Estas envolvem desde iniciativas de qualificação profissional de segmentos de trabalhadores informais como forma de incrementar sua inserção estratégica no mercado de trabalho, além de ações convencionais de disseminação de microcrédito ou iniciativas de intermediação de mão-de-obra, passando por programas de incubação de iniciativas populares solidárias, ou ações de fortalecimento à organização de redes associativas e grupos socioprodutivos nos próprios territórios, até as ações de constituição de centros públicos de economia solidária, entre inúmeras outras” (2006: 263).

Compreende-se daí que a racionalidade interna que configura os processos de trabalho gestados nessas experiências aponta de forma ambígua para a compreensão da direção político-econômica que elas assumem, num processo marcado por conflitos e imprecisões conceituais.

No estado do Espírito Santo constatamos essa diversidade de interpretações, principalmente por parte dos funcionários da DRT, em relação ao posicionamento das outras entidades de apoio e fomento. Enquanto nas outras três entidades – CDDH, AEC e CÁRITAS – constata-se uma preocupação no desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma dimensão política dos sujeitos que participam dessas práticas, na DRT há uma preocupação em implementar uma política de governo, na qual se confunde a economia solidária com o próprio PLANSEQ – Plano Setorial de Qualificação.

Para construirmos um panorama mais geral da economia solidária no Estado do Espírito Santo, consideramos a identificação de 281 (duzentos e oitenta e uma) unidades

certificação profissional, em articulação direta com oportunidades concretas de ocupação nos novos empregos gerados, observando, quando pertinentes, questões de inclusão social”.

produtivas de economia solidária no estado¹⁸. Esses dados foram coletados através dos questionários elaborados pela SENAES para realização do mapeamento em todo o Brasil. Os formulários do estado do Espírito Santo nos foram disponibilizados para consulta pelo Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo/FEPS, atual responsável pela continuidade do mapeamento no estado. Porém, neste item, recorreremos também aos dados disponibilizados no site do SIES¹⁹.

Dentre as questões levantadas no mapeamento, privilegiamos aquelas que pudessem contribuir para nosso estudo. Assim, levamos em consideração três pontos: a estruturação dessas unidades, o modo de execução em que estão pautados os processos de trabalho e o apoio de entidades que subsidiam a implementação e o desenvolvimento das unidades produtivas no estado do Espírito Santo. Dentre as questões levantadas, destaca-se como principal razão para criação das unidades produtivas de economia solidária a necessidade de geração de renda.

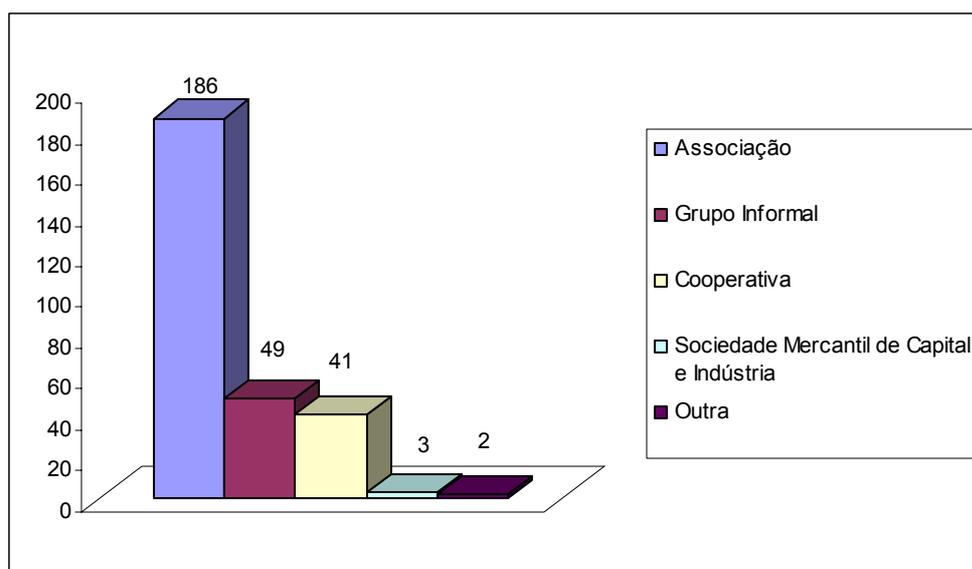


Gráfico 5 - Formas de organização no estado do Espírito Santo.
Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/MTE (elaboração própria).

A forma como essas unidades produtivas estão estruturadas, seguindo a tendência nacional, revela-se, em sua maioria, na forma de associações. Como podemos identificar no gráfico acima, das 281 unidades produtivas de economia solidária mapeadas, 186 se organizam através de associações, 49 através de grupos informais e 41 em forma de cooperativas. O número reduzido de cooperativas em relação às

¹⁸ Vale ressaltar que, nesta Segunda fase da realização da pesquisa do mapeamento no estado do Espírito Santo, participamos com a função de coordenação da equipe que desenvolveu a pesquisa.

¹⁹ Estes dados estão disponibilizados na internet, no site www.sies.mte.gov.br – site do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária/SIES.

outras duas modalidades (grupos informais e associações) pode ser explicado pela dificuldade que muitos grupos têm em formalizar o empreendimento, em decorrência do custo elevado para sua regularização.

A falta de recursos financeiros se apresenta como um dos maiores obstáculos na formalização jurídica dessas unidades produtivas. Nesta direção, a falta de capital de giro para vendas a prazo e a falta de registro legal para comercialização são apontadas como principais dificuldades no processo organizativo dessas unidades. Ao considerarmos as dificuldades apontadas, a pesquisa também revela que a forma de organização através de associações possibilita aos grupos maiores facilidades na captação de recursos/verbas para investimento sem, contudo, ter o custo elevado dos encargos exigidos na modalidade definida como cooperativa.

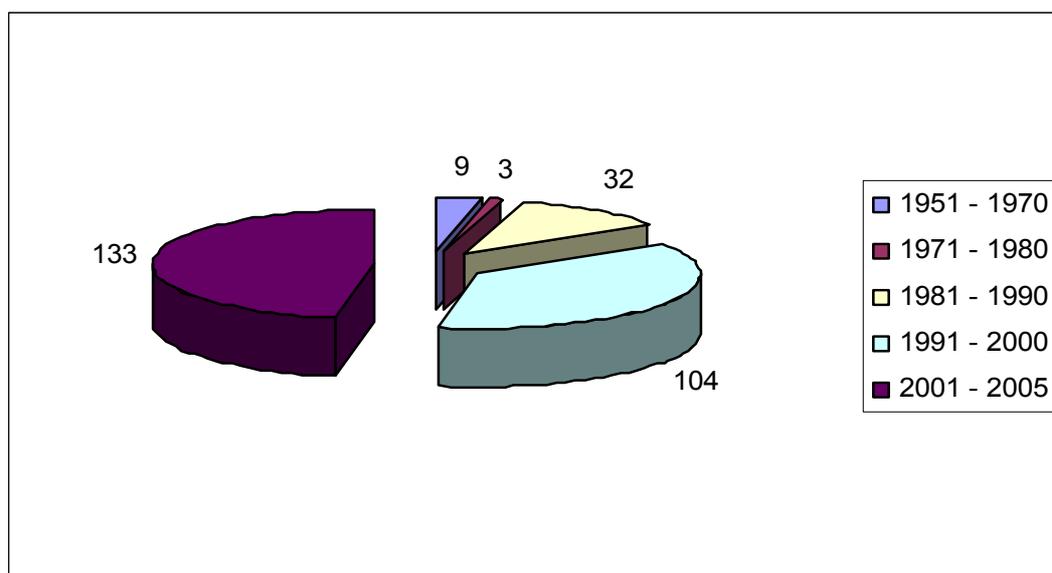


Gráfico 6 - Quantidade de unidades produtivas por ano de início / Espírito Santo.
Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/TEM (elaboração própria).

Em referência ao período em que as unidades produtivas estão organizadas, identificamos, no universo de 281 pesquisadas, que apenas 44 dessas unidades tiveram datada sua criação antes de 1990. As outras 237 unidades produtivas de economia solidária são relativamente recentes e datam sua criação dentro do período de 1991 a 2005. Estes dados ilustram que a maior proliferação dessas unidades ocorreu no período de 2001 a 2005, quando foram criadas 133 unidades de economia solidária – um número extremamente elevado em relação ao período anterior, de 1991 a 2000, quando foram criadas 104 dessas unidades.

Mais uma vez registramos que, também no estado do Espírito Santo, a criação das unidades produtivas de economia solidária, a partir do final dos anos 1990, está associada ao quadro das atuais tendências do padrão de acumulação capitalista, em que a informalidade ganha contornos relevantes, num contexto em que o desemprego atinge o nível mais elevado na realidade brasileira.

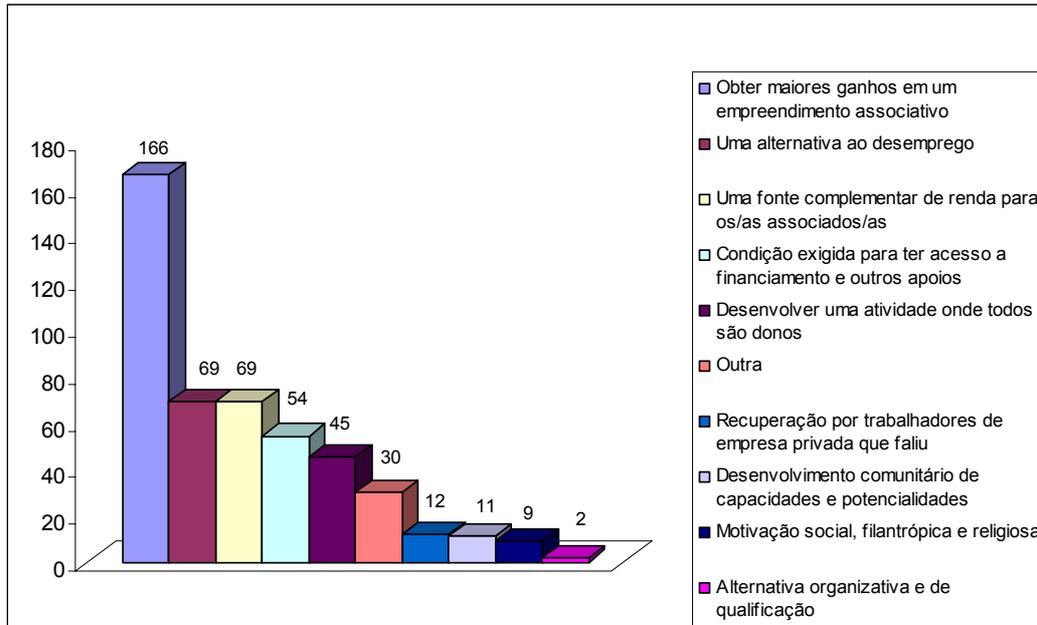


Gráfico 7 - Motivos de criação das unidades por ano de início/ Espírito Santo.

Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/MTE (elaboração própria).

Esses dados são reveladores no sentido de respaldar nossa análise, que associa esse crescimento das unidades produtivas de economia solidária, a partir dos anos 1990, às mudanças societárias e, particularmente, à crise evidenciada no mundo do trabalho.

Conforme dados da pesquisa, com 166 respostas,²⁰ foi identificado como motivo mais forte na criação da unidade, prioritariamente, a necessidade de “*obter maiores ganhos em um empreendimento associativo*”. Em seguida, com 69 respostas, foram identificadas duas razões, que expressam a mesma motivação, são elas: “*Uma alternativa ao desemprego*” e “*Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as*”. Esses dados da pesquisa expressam que nas três primeiras respostas, o que motivou a criação da unidade volta-se para a possibilidade de obtenção de renda, num cenário marcado pela exclusão do trabalho formal.

²⁰ Vale ressaltar que, ao responderem a essa questão, os grupos puderam optar por até três respostas por ordem de prioridade.

Esses dados são reflexos de um cenário agravado pelas mudanças societárias, que reforçam uma tendência de precarização do mercado de trabalho e impõem aos trabalhadores a necessidade de se inserirem em alguma atividade que possa prover renda e/ou aumentar o rendimento familiar. Como já tratado, a crise do desemprego atinge a todos os trabalhadores, sem distinção. *“Atualmente, nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do ‘trabalho temporário’”* (Meszáros, 2006: 27). Isto é reflexo do modelo econômico neoliberal que se instala no Brasil nos anos 1990, no governo Collor de Melo.

Assim, pode-se afirmar que, a partir dos anos 1990, o aumento do desemprego e o desassalariamento são agravados profundamente. Esses processos originaram a ampliação das estratégias de trabalho e renda criadas pelas classes subalternas, no campo da informalidade, onde também se configura o retorno das práticas de economia solidária.

FAIXAS	EMPREENDI- MENTOS	%	TOTAL DAS MÉDIAS	MÉDIA
1. 0 ou sem resposta	137	48,75%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Até 1/2 salário mínimo	46	16,37%	R\$ 3.673,00	R\$ 79,85
3. 1/2 a 1 salário mínimo	38	13,52%	R\$ 9.818,00	R\$ 258,37
4. 1 a 2 salários mínimos	38	13,52%	R\$ 17.628,00	R\$ 463,89
5. 2 a 5 salários mínimos	14	4,98%	R\$ 12.813,00	R\$ 915,21
6. Maiores que 5 salários mínimos	8	2,85%	R\$ 24.132,00	R\$ 3.016,50
TOTAL	281	100,00%	R\$ 68.064,00	R\$ 242,22

O valor de referência para a classificação é de R\$ 300,00 que corresponde ao Salário Mínimo de 2005

Tabela 2 - Remuneração média mensal nas unidades de Economia Solidária no estado do Espírito Santo

Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/MTE (reprodução original do Atlas).

Outra questão relevante na pesquisa do mapeamento, e que expressa a fragilidade econômica das unidades de economia solidária revela-se pelo fato de que, embora, o motivo central de criação dessas unidades seja a necessidade de renda, a realidade dessas práticas no estado do Espírito Santo mostra que esse objetivo central é pouco alcançado. Constata-se que, das 281 unidades produtivas, 137 não obtiveram renda e/ou não responderam à questão, seguidas de 46 unidades produtivas, que obtêm

renda média mensal para os seus associados de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, vindo em seguida 38 unidades que conseguem obter até 1 salário mínimo, e outras 38 que obtêm até 2 salários mínimos.

Como vemos na tabela acima, os dados são significativos, pois expressam a dificuldade dessas unidades produtivas garantirem uma renda mínima aos trabalhadores que delas participam. Os dados sobre os rendimentos dessas unidades no estado do Espírito Santo não se dissociam dos dados que caracterizam a economia solidária no cenário nacional. Em recente matéria, o jornal Folha de São Paulo, de 22 de julho de 2007, informa que, no Brasil, “quase metade dos empreendimentos declara que o faturamento verificado no ano passado foi insuficiente para pagar as despesas”.

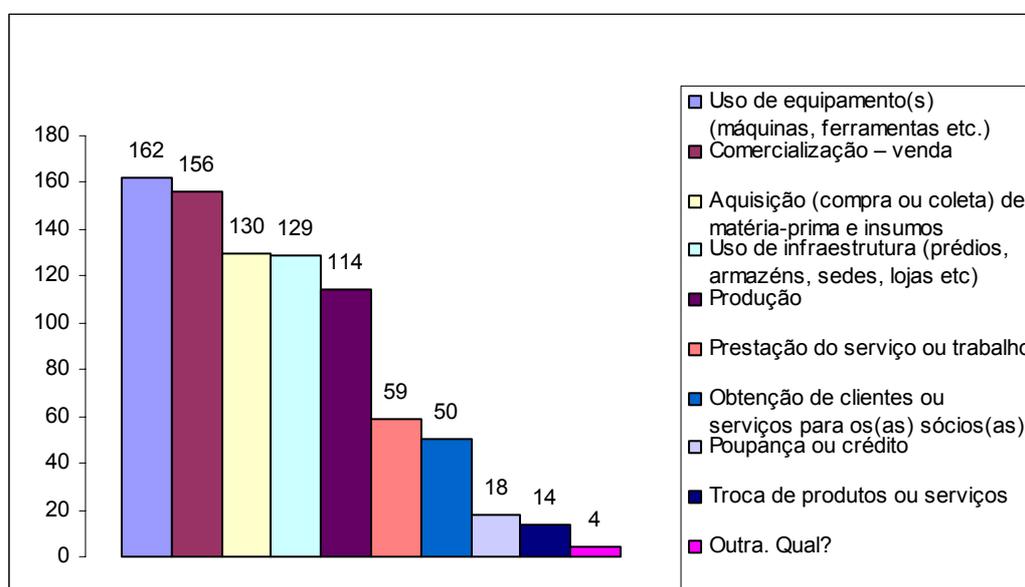


Gráfico 8 – Atividades realizadas de forma coletiva/ Espírito Santo.

Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/MTE (elaboração própria).

Na execução das atividades desenvolvidas coletivamente destacam-se o uso de equipamentos (máquinas, ferramentas, etc) e a comercialização como centrais na realização do trabalho coletivo. Entendemos que o número expressivo de unidades produtivas que fazem uso de equipamentos (máquinas, ferramentas, etc...) de forma coletiva, está associado ao fato de que o maior número de unidades produtivas de economia solidária está concentrado na área rural. Das 281 unidades, 147 atuam na área rural²¹, 88 na área urbana e 46 nas áreas rural e urbana. Conforme a pesquisa

²¹ Conforme depoimento do Presidente representante da UNICAFES/União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado do Espírito Santo, a predominância de cooperativas na área rural no estado não está vinculada ao MST e sim, ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/MSTR (Pesquisa de campo concedida em Novembro de 2007).

realizada, pudemos constatar que várias dessas unidades produtivas, especialmente aquelas situadas na área rural, se unem para comprar e dividir os equipamentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades no campo. Portanto, a união dos pequenos produtores da área rural através de cooperativas facilita a compra e utilização coletiva desses equipamentos.

Paralelamente a esse processo de união dos trabalhadores em associações para uso dos equipamentos, constatamos que uma das maiores dificuldades apontadas pelos grupos envolve elementos que dificultam a própria comercialização. A dificuldade de conquistar mercado, falta de capital de giro, dificuldade dos trabalhadores lidarem com a comercialização/venda dos produtos são destacados como elementos que dificultam o trabalho coletivo. Isso expressa a questão da competitividade de mercado, inerente à lógica capitalista.

Nesta perspectiva a abordagem de Lima (2007) sobre o trabalho em cooperativas reforça que “a adequação ao mercado é condição de sobrevivência das cooperativas” (*ibidem*: 69). Dessa forma, mesmo com toda a proposta de construção de um novo sentido do trabalho, as unidades de economia solidária pesquisadas não estão livres da lógica do mercado.

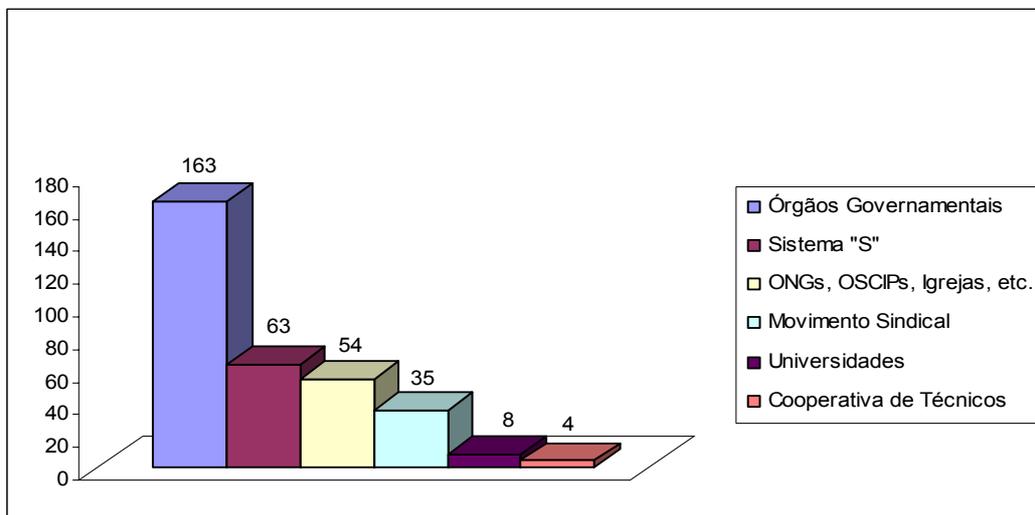


Gráfico 9 - Entidades que apoiam as unidades produtivas de economia solidária / espírito santo.

Fonte – Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2006/SENAES/MTE.

Por sua vez vale ressaltar que o MSTR vincula-se à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo/FETAES maior entidade sindical do Estado, com 50 filiados e representação em 98% do território capixaba. Desde junho de 1995, quando a FETAES filiou-se à CUT, iniciou ações no sentido de sistematizar políticas públicas e alternativas para o campo. (acesso www.fetaes.org.br em 21/11/2007).

No que se refere ao apoio que as unidades produtivas de economia solidária recebem, destacamos que, das 281 unidades, apenas 31 não tiveram nenhum tipo de apoio, assessoria ou assistência para estruturação e desenvolvimento do processo de trabalho. As outras 250 unidades produtivas de economia solidária tiveram apoio de entidades como Igreja Católica, Organizações Não-Governamentais, órgãos governamentais como prefeituras, Sistema “S” Sebrae, Sesi e apoio do movimento sindical. Esta articulação das unidades produtivas com as entidades de apoio expressa a importância dessas entidades na estruturação e manutenção das atividades desenvolvidas. No gráfico acima, embora o questionário aplicado na pesquisa do mapeamento aceite mais de uma resposta, as entidades dos órgãos governamentais, dentre elas secretarias municipais e estaduais de assistência social e trabalho, são representativas no apoio e assessoria às unidades produtivas de economia solidária.

Neste campo da análise, compreendemos que, ao reduzir o investimento na área social e, particularmente, nas políticas públicas voltadas para o trabalho, nos anos 1990, o Estado passa a estabelecer parcerias com vários segmentos da sociedade, dentre os quais, com os grupos de economia solidária. Seguindo as diretrizes de descentralização, no novo desenho do campo das políticas sociais, o Estado não assume a responsabilidade no trato com as expressões da questão social. Dessa forma, o Estado incorpora parte das demandas das práticas de economia solidária no apoio e assessoria, mas sem atender de fato às condições necessárias para que essas unidades possam se desenvolver.

Como mencionado anteriormente, as ações governamentais nos anos 1990, voltadas para a política de emprego, reduzem-se a ações focalizadas e compensatórias, no sentido de atenuar as pressões sobre o mercado de trabalho, e que não resolvem o problema de enfrentamento do desemprego.

“Os anos 1990 firmam o processo de aprofundamento do desemprego prolongado e da inserção do país no campo das estratégias de liberalização política e econômica que já marcavam os países centrais. O desenvolvimento sustentável e o crescimento do emprego decorriam da livre ação do mercado com o esvaziamento do Estado. Recuperar crescimento e produtividade para o capital nacional e internacional significava desregulamentação social para transferência de renda ao capital e competitividade, diminuindo os custos salariais, diminuindo a ação do Estado na proteção social, no investimento produtivo direto e sua maior atuação na flexibilização organizacional, produtiva e trabalhista, desconstruindo as práticas e institutos públicos criados até então no país” (Barbosa, 2006: 94).

Sob essa perspectiva, em consonância com o fortalecimento da ideologia neoliberal no Estado brasileiro, a partir dos anos 1990, os *“rumos da economia mundial sobrepueram o papel ativo do Estado na promoção do emprego nacional”* (ibidem). Esse movimento expressa uma redução da ação estatal no campo das políticas públicas sociais como um todo, o que vem contribuindo para o crescimento de ações de órgãos governamentais de forma pontual, fragmentada e focalizada nos grupos mais vulneráveis. É neste campo que se destacam as ações governamentais voltadas para a economia solidária²².

Outro elemento, que explica a articulação das unidades produtivas de economia solidária com as entidades, volta-se para o apoio que essas unidades encontram nas entidades para produzir, realizar a comercialização dos produtos, ter acesso a recursos públicos, promover a formação e capacitação de seus associados. Estes, entre outros elementos, contribuem para que alguns grupos criem dependência em relação às entidades de apoio. Assim, constata-se que a presença destas últimas passa a ser indispensável para a continuidade das unidades produtivas de economia solidária.

Nesse caminho de construção e consolidação das unidades produtivas de economia solidária, inseridas no atual contexto histórico da globalização neoliberal, a direção político-econômica dada pelos próprios trabalhadores é uma questão a ser examinada, haja vista que ela define o processo de trabalho nessas unidades. Neste sentido, deve-se interrogar as potencialidades das práticas de economia solidária na constituição de elementos que sinalizem uma nova sociabilidade.

É importante evidenciar que não se trata de entender as potencialidades dessas e de outras práticas sociais que se gestam na realidade brasileira, de forma isolada, localista. Nestes termos, as atuais propostas de cunho neoliberal se expressam também através de formas renovadas de gestão da pobreza.

A ênfase dada às experiências locais, comunitaristas, coloca em suspenso a análise das relações sociais vigentes e segue uma tendência de enaltecimento de exemplos

²² Como já citada, ver nessa área a análise mais aprofundada de BARBOSA, Rosângela N. de C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M^a O. da S. e, YASBECK, C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

modelares de uma sociedade civil ativa, descaracterizada de seu potencial político. Como assinala Telles:

“Em um quadro de aprofundamento de desigualdades e exclusões, a ênfase atual no local, no particular, nas tradições e na comunidade, se aponta para potencialidades criativas de uma refundação do social e das práticas sociais, também contém o risco de aprofundar segmentações e disparidades, sem alterar os termos pelos quais as desigualdades atuais se processam. Pois, sem uma medida de equidade nas relações sociais, o localismo de ênfase comunitária pode sacramentar segregações e discriminações. E isso coloca a questão da mediação entre o local e a dimensão pública da sociedade. Essa é questão que está na ordem da ‘invenção democrática’ e diz respeito à construção desse artifício civil que são os direitos e as leis como referências de uma cultura pública igualitária e desprovida de privilégios. É dessa construção que dependem as regras de uma convivência cidadã através do exercício prático da civilidade, como forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, de aspirações pertinentes e de direitos legítimos” (2006: 402).

Portanto, para não reduzirmos as análises ao localismo de uma possível virtude intrínseca da economia solidária, é necessário situar essas práticas no atual contexto histórico das relações sociais capitalistas, estabelecendo-se a mediação entre essas práticas locais e a construção da dimensão pública da sociedade, a partir dos movimentos sociais mais amplos que se constituem no contexto brasileiro.

Como já mencionamos, nesse cenário, embora as práticas de economia solidária se revelem ambíguas e marcadas pelos conflitos e tensões dos dois projetos hegemônicos em curso, o da lógica gerencial (sociabilidade do capital) e o da lógica emancipatória/educativa (sociabilidade emancipatória), é preciso considerar que, nessas práticas, os resultados do caráter educativo apontam potencialidades na constituição de elementos que sinalizam para uma nova sociabilidade.

Nesse caminho, algumas questões devem ser sinalizadas. Será que, mesmo considerando as ambigüidades da economia solidária, os processos educativos informais que se forjam nessas práticas se contrapõem aos processos educacionais do sistema dominante? A gestão coletiva tem possibilitado espaços de aprendizagem entre os associados? Como? Quais as principais dificuldades e avanços no campo dos aspectos extra-econômicos? O trabalho nas cooperativas tem modificado a vida dos associados? De que forma? Estas, entre outras, são questões relevantes na pesquisa de campo e que nos desafiam a pensar na discussão qualitativa dessas práticas a partir da dimensão educativa.

Num contexto em que o acesso à educação universal e de qualidade a todos vem sendo um dos limites impostos pela sociedade capitalista, é preciso esclarecer que, embora a educação formal não seja a “tábua de salvação” para os problemas da humanidade, vem sendo um dos grandes problemas vivenciados também pelos grupos de economia solidária. Nesta perspectiva, a colocação de Tiriba é esclarecedora, quando ressalta que:

“O conhecimento, por si só, não é capaz de transformar a realidade e tampouco nos leva necessariamente a uma ‘sociedade opulenta’. Tampouco o acesso à escola é o que garante a possibilidade dos trabalhadores associados estruturarem uma nova forma de trabalho distante dos valores do capital. No entanto, não é possível deixar de considerar que a questão de cultura e da educação e, mas especificamente, da socialização do conhecimento, tem-se convertido no ‘calcanhar de Aquiles’ dos empreendimentos gerenciados pelos trabalhadores” (2001: 196).

Diante desse quadro, que configura uma realidade marcada por complexas e múltiplas determinações, consideramos que o domínio da inserção no trabalho, que se expressa nas unidades produtivas de economia solidária, torna-se um campo instigante para investigação, que nos permite ampliar a discussão sobre os processos de aprendizagem que se constituem nas práticas de economia solidária. Nesta perspectiva de análise, compartilhamos com Mészáros (2005) a defesa de uma educação no sentido amplo, que não se confunde com uma educação institucionalizada, prioritariamente voltada para a lógica do capital.

Dessa forma, o desafio nesta pesquisa nos exige analisar o alcance efetivo das mudanças geradas nesses espaços, a partir do caráter educativo, e suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade. Como Barros, acreditamos que não se trata de indicar “fórmulas educativas”, mas pensar o campo educativo a partir da elaboração de Gramsci e dos referenciais marxistas, “*que propõem a perspectiva da educação omnilateral constituída pelo desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas potencialidades – intelectuais, afetivas, estéticas e físicas...*” (2004: 210).

É neste sentido que, no capítulo seguinte, através de uma abordagem qualitativa da pesquisa de campo, realizada junto às unidades produtivas de economia solidária no estado do Espírito Santo, buscaremos desvendar aspectos objetivos e subjetivos dos processos de trabalho nessas práticas,

visando a analisar os limites e potencialidades dos processos educativos que se constituem nesses espaços, e que sugerem sinalizar para construção de uma nova sociabilidade.